Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012



MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil, desde 1961, com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

Cenário Econômico

Internacional

Em 2013, a estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) é de que a economia mundial tenha crescido 3,0%, desempenho em linha com aquele observado em 2012. A taxa de expansão nos países emergentes deverá situar-se em 4,7%, contra um aumento de apenas 1,3% das economias avançadas, as quais ainda estão sob os efeitos da crise iniciada em 2007. Neste particular, o crescimento dos Estados Unidos foi de 1,9%.

A situação na zona do euro é, porém, distinta. A atividade, naqueles países, apresentou retração em 2013, com taxa de crescimento esperada de -0,4% e um índice de desemprego em níveis recordes. O aumento da dívida pública naquela região resultará em inibição dos investimentos estatais no presente e no futuro próximo.

A China tem promovido uma política para acomodar seu crescimento em torno de 8,0% a.a.. Essa tarefa tem sido bem sucedida e a produção cresceu cerca de 7,7% em 2013, com a inflação sob controle, no percentual de 2,7%.

Alguns países emergentes apresentaram um desempenho modesto em 2013, com base nas estimativas disponíveis ao final do ano, tais como Coreia do Sul 2,8%, África do Sul 2,0%, Rússia 1,5% e México 1,2%. A inflação média nas economias em desenvolvimento foi de 6,1% em 2013, o que poderá ensejar juros mais elevados e expansão mais lenta.

Na América Latina, alguns países, tais como Chile, Peru e Colômbia, estão conseguindo obter bons resultados no binômio crescimento e controle da inflação. No entanto, a aceleração inflacionária e a crise cambial devem obstruir o desempenho da Venezuela e da Argentina, trazendo prejuízo ao dinamismo do Mercosul.

As expectativas do FMI e dos analistas em geral para o biênio 2014-2015 é de uma expansão mundial do produto próxima a 4,0% a.a., em uma recuperação conduzida, agora, pelos países avançados. Haverá, portanto, uma mudança na composição do crescimento mundial, em especial pela expansão dos Estados Unidos, cuja taxa de incremento será de 3.0% a.a. no referido biênio.



A contínua redução na taxa de desemprego nos EUA promoveu duas alterações relevantes na política monetária daquele país:

- a) Em maio de 2013, diante da possibilidade futura de redução de estímulos monetários, o mercado financeiro passou a negociar os títulos governamentais de 10 anos de uma taxa anual de 1,6% para 2,8% em agosto, atingindo 3,0% em dezembro. Este movimento não sofreu qualquer intervenção em sentido contrário do FED;
- b) Em 18 de dezembro, o FED anunciou que diminuiria a compra mensal de ativos, passando de US\$ 85 bilhões para US\$ 75 bilhões.

Assim, a relativa recuperação dos Estados Unidos, associada à expansão chinesa, manteve estáveis e elevados os preços das matérias-primas, o que gera uma expectativa positiva para os produtores agrícolas em termos globais.

<u>Brasil</u>

A atividade econômica expandiu 2,5% em 2013, em relação ao ano anterior, de acordo com o índice de atividade do Banco Central do Brasil (IBC-BR).

No segmento industrial, a atividade cresceu 1,2% em 2013 em relação ao ano anterior, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE (PIM-PF). Em parte, a melhora no setor pode ser atribuída à taxa de câmbio mais depreciada. Destaque para veículos automotores (7,2%) e máquinas e equipamentos (6,1%). Por sua vez, para o mesmo período, o volume das vendas do comércio ampliado expandiu 3,6%, e a receita nominal apresentou variação de 8,9%.

A geração de empregos formais, em 2013, foi de 1,1 milhão, o menor resultado desde 2003. No entanto, a taxa de desocupação permanece em declínio contínuo e atingiu 4,3% em dezembro, o mais baixo percentual para este mês desde 2002. Além disso, no ano, os salários de admissão tiveram um incremento de 2,6% acima da inflação, de acordo com o Ministério do Trabalho.

Apesar da desaceleração da economia nacional, a inflação, medida pelo IPCA-IBGE, foi de 5,9% no ano, no mesmo patamar do verificado em 2012. Assim, a inflação ficou, pelo quarto ano consecutivo, acima do centro da meta de 4,5%. No entanto, deve se registrar que a inflação tem se mantido dentro do intervalo definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), entre 2,5% e 6,5%, desde 2004. Para coibir o aumento de preços, o Banco Central iniciou um ciclo de alta da taxa de juros SELIC, passando de 7,3% a.a. em abril para 10,0% a.a. em dezembro.

Em relação aos financiamentos, o saldo de crédito do Sistema BNDES se expandiu em 15,2% em 2013, em relação ao ano anterior, enquanto que o valor total do crédito foi ampliado em 13,3%, atingindo a taxa recorde de 56,5% do PIB em dezembro. A



inadimplência recuou ao longo do ano, situando-se em 3,0% em dezembro, conforme o Banco Central.

No setor externo da economia nacional, dois fatos foram relevantes:

- a) O desequilíbrio no comércio de bens e serviços com o exterior foi de US\$ 81,4 bilhões, em 2013, o equivalente a 3,7% do PIB, percentual este considerado elevado pelos analistas. Este déficit foi parcialmente compensado com o ingresso de investimentos estrangeiros diretos, no valor de US\$ 67,5 bilhões. As reservas internacionais evoluíram negativamente em US\$ 2,8 bilhões, atingindo o montante de US\$ 375,8 bilhões:
- b) Tal desequilíbrio externo, associado ao fortalecimento da economia norte-americana e à mudança na política monetária dos EUA, resultou em valorização do dólar frente ao real, passando de R\$ 1,99/US\$ em janeiro, para R\$ 2,34/US\$ em dezembro de 2013.

Região Sul

A Região Sul apresentou expansão de 6,0% em 2013, em relação ao ano anterior, de acordo com o Índice de Atividade do Banco Central do Brasil (IBCR-Sul).

O resultado bastante favorável, acima do índice nacional de 2,5% para o mesmo período, deveu-se à recuperação na produção agrícola e industrial no Rio Grande do Sul, após enfrentar um período de estiagem no ano anterior, e aos bons indicadores no Paraná e em Santa Catarina.

No segmento agrícola, a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas da Região Sul foi de 73,0 milhões de toneladas no período 2012/2013, conforme as mais recentes estimativas do IBGE, apresentando um incremento de 32,2% em relação à safra anterior, volume que representou 39,8% da colheita nacional.

Em relação à produção industrial física, novamente os números da Região Sul foram superiores em relação aos do País. Em 2013, em relação ao ano anterior, o Rio Grande do Sul e o Paraná, Estados onde a atividade é mais afeita ao agronegócio, apresentaram incrementos de 6,8% e 5,6%, respectivamente, registrando-se uma expansão mais modesta em Santa Catarina, de 1,5%.

A expansão no volume de vendas do comércio, no conceito ampliado, mostrou dinamismo no que tange ao consumo das famílias, com expansões de 7,0% no Paraná, 6,4% no Rio Grande do Sul e 3,7% em Santa Catarina.

Em relação à receita nominal do comércio varejista ampliado, os números foram significativos, com incrementos de 12,8% no Paraná, 11,6% no Rio Grande do Sul e 9,1% em Santa Catarina.



Destaques da Região Sul em 2013

Item (Variação %)	PR	SC	RS
Safra Agrícola	18,4	18,8	58,3
Produção Industrial Física	5,6	1,5	6,8
Volume de Vendas no Varejo Ampliado	7,0	3,7	6,4
Receita Nominal Vendas Varejo Ampliado	12,8	9,1	11,6

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

O mercado de trabalho apresentou importante geração de emprego em 2013, com a criação de 257,3 mil postos formais. A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE calculada para Porto Alegre apresentou novo recorde de baixa, atingindo 2,6% para o mês de dezembro.

O saldo das operações de crédito, em dezembro de 2013, era 16,0% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. Por sua vez, a taxa de inadimplência era de 2,5%, também em dezembro de 2013, contra 3,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Desta forma, houve expansão do crédito em termos reais, combinada com redução no inadimplemento.

Atuação do BRDE

Destaques Operacionais

O ano de 2013 foi marcado pelo forte crescimento dos desembolsos do BNDES, que na Região Sul tiveram variação, a preços correntes, de 48,2%. O BRDE acompanhou esse movimento, registrando resultados operacionais bastante expressivos, superiores, inclusive, aos obtidos pelo BNDES.

As contratações do BRDE cresceram 28,0% em 2013, a preços correntes, quando comparadas ao ano anterior, atingindo R\$ 3.760,9 milhões, num total de 8.108 novas operações de crédito. As liberações de recursos, por sua vez, totalizaram R\$ 2.989,1 milhões, com variação de 57,8% em relação ao ano anterior, enquanto as aprovações chegaram a R\$ 4.494,7 milhões, um incremento de 16,2% acima do ano anterior.



DESTAQUES OPERACIONAIS

		Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	Nº OPERAÇÕES	VALOR
OPERAÇÕES APROVADAS	9.945	4.494.725
OPERAÇÕES CONTRATADAS	8.108	3.760.883
 Agropecuária 	6.772	1.164.143
 Indústria 	386	1.258.775
 Infraestrutura 	435	744.387
 Comércio e Serviços 	515	593.578
RECURSOS LIBERADOS	-	2.989.087

A principal fonte de recursos utilizada pelo Banco foi o Sistema BNDES, que representou 88,6% das contratações, seguido por recursos próprios e prestação de garantias, com 10,3%, pelo Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), com 0,6%, e pela FINEP, com 0,5%. As principais modalidades utilizadas do Sistema BNDES foram o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), direcionado à aquisição e produção de bens de capital, com R\$ 1.026,5 milhões; o BNDES Automático, que totalizou R\$ 551,4 milhões; o BNDES FINEM, para operações de maior porte, com R\$ 454,7 milhões; e o PRONAF, voltado ao financiamento da agricultura familiar, com R\$ 284,8 milhões.

Entre as 81 instituições financeiras credenciadas a operar com recursos do Sistema BNDES em 2013, o BRDE ocupou a 9ª colocação em todo o País, em termos de desembolsos totais, a 1ª colocação nos Programas Agrícolas do Governo Federal e a 5ª no Programa BNDES Automático. Especificamente na Região Sul, onde o BRDE atua, o Banco foi o 3º principal repassador de recursos.

As operações contratadas pelo BRDE viabilizarão investimentos totais da ordem de R\$ 6.016,3 milhões na Região Sul, cujos impactos socioeconômicos, em termos de empregos gerados e acréscimos de receita de ICMS esperados, são resumidos a seguir:

INDICADOR	VALOR
Investimento Total Viabilizado	R\$ 6.016,3 milhões
Postos de Trabalho Mantidos e/ou Gerados	68.995
Receita Adicional de ICMS para os Estados da Região	R\$ 426,9 milhões/ano

Continuando sua política de preservar o emprego e a geração de renda, o BRDE firmou contratos de reestruturação de dívidas da ordem de R\$ 285,8 milhões, num total de 274 operações, permitindo, com isso, a manutenção do funcionamento de várias empresas e dos postos de trabalho.

Devem-se destacar, neste aspecto, as operações no âmbito do "Programa de Composição de Dívidas Decorrentes de Operações de Investimento" (Pro CDD) de



produtores de maçã e arroz. O montante contratado pelo BRDE foi de R\$ 77,8 milhões, beneficiando mais de 100 produtores rurais da Região Sul.

Destaques Financeiros

No que diz respeito ao desempenho financeiro, o BRDE encerrou 2013 com um resultado líquido de R\$ 154,2 milhões, o que corresponde a um aumento de 84,8%, a preços correntes, em relação ao ano anterior. O ativo total atingiu o valor de R\$ 11.537,4 milhões, dos quais R\$ 9.336,9 milhões referem-se a operações de crédito (líquidas de provisões); R\$ 1.706,5 milhões dizem respeito às disponibilidades e títulos e valores mobiliários; R\$ 470,0 milhões, a outros créditos; e R\$ 24,0 milhões constituem o ativo permanente da Instituição. Por outro lado, as obrigações por empréstimos e repasses somaram R\$ 9.397,4 milhões, enquanto o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.674,3 milhões, apresentando um crescimento de 30,9% em relação ao observado em dezembro de 2012.

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio foi de 10,4%, apresentando significativa melhora em relação ao índice de 6,6% obtido em 2012. Esse resultado decorre do aumento da atividade operacional, acompanhado de significativa redução no índice de inadimplência que passou de 3,9%, em dezembro de 2012, para 1,9% em dezembro de 2013.

O saldo dos financiamentos, por setor econômico, estava distribuído da seguinte forma ao final do ano: a agropecuária respondia por 36,2%; a indústria, por 30,8%; o comércio e os serviços, por 20,0%, enquanto que o setor de infraestrutura representava 13,0% do total.

DESTAQUES FINANCEIROS

Discriminação	R\$ Mil
Ativo Total	11.537.432
Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários	1.706.552
Operações de Crédito (líquidas de provisões)	9.336.904
Outros Créditos	470.005
Ativo Permanente	23.971
Obrigações por Empréstimos e Repasses	9.397.444
Outras Obrigações	461.975
Resultados de Exercícios Futuros	3.764
Patrimônio Líquido	1.674.249
Resultado Operacional	253.286
Resultado do Período	154.182
Rentabilidade s/ Patrimônio Líquido Médio (%)	10,4

Em relação ao seu nível de risco, a composição da carteira do BRDE apresentou-se mais favorável que a média do Sistema Financeiro Nacional (SFN). A soma das operações "AA" e "A", que representam os menores patamares de risco, perfazia 87,1% da carteira do BRDE em dezembro de 2013, enquanto esse total era de 68,9% no SFN, em novembro de 2013. Já as operações de maior risco, classificadas no nível "H", totalizavam 1,2% da carteira do Banco e 2,8% do crédito total do SFN.



O BRDE encerrou o ano de 2013 com 32 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estão localizados em 1.056 municípios, ou 88,7% dos municípios da Região Sul. A carteira de financiamentos do Banco, composta por 39.483 operações ativas de crédito de longo prazo, com saldo médio de R\$ 236,5 mil, atesta a vocação da Instituição para o atendimento às micro, pequenas e médias empresas, e aos mini e pequenos proprietários rurais.

Destaques Institucionais

O BRDE tem pautado sua atuação pelo alinhamento às políticas de desenvolvimento econômico dos Estados Controladores.

No Paraná, o BRDE mantem importante parceria com agronegócio, com destaque para o apoio ao cooperativismo, tanto no financiamento direto às grandes cooperativas, como no apoio aos pequenos produtores por meio de agentes conveniados. Cabe destacar também a participação do BRDE na implementação do Programa Paraná Competitivo do Governo do Estado.

Em Santa Catarina, o BRDE participou ativamente da criação do Programa de Apoio a Projetos de Investimentos de Segmentos Produtivos Estratégicos, que possibilitou a instalação da montadora de automóveis BMW S.A. que recebeu, inclusive, suporte creditício do Banco. Ainda em Santa Catarina, o Banco tornou-se Agente Financeiro do Fundam (Fundo de Apoio aos Municípios do Estado de Santa Catarina) e tem apoiado a política de incentivos às exportações do Estado para a Ásia.

No Rio Grande do Sul, o BRDE vem atuando em consonância com a Política Industrial do Governo do Estado. Adicionalmente, o Banco vem tendo importante participação na execução do Programa Mais Água, Mais Renda, com financiamento a projetos de irrigação. Outro destaque é o apoio do BRDE a projetos de energia eólica que vêm sendo implantados no Estado.

No ano de 2013, as inovações institucionais do BRDE foram: i) a implantação do Cartão BNDES, também destinado às empresas de menor porte, com a agilidade característica de operações com cartão de crédito, combinada a prazos e taxas atrativas, já tradicionalmente oferecidas pelo BRDE; ii) a operacionalização do Programa INOVACRED da FINEP, que visa financiar as micro, pequenas e médias empresas em seus projetos de inovação. Destaque-se que o BRDE foi a primeira Instituição Financeira de Desenvolvimento do País a implementar esses produtos.

A partir da nova parceria com a FINEP, o BRDE criou, em 2013, o Programa de Fomento à Inovação - BRDE INOVA, com o objetivo de fortalecer a atuação do Banco no segmento de inovação no ambiente produtivo, mediante apoio creditício a projetos inovadores. O BRDE INOVA estabeleceu critérios diferenciados para a análise das operações de crédito, especialmente em relação às garantias a serem apresentadas, pois este costuma



ser um dos principais entraves enfrentados por esse tipo de empresa na obtenção de financiamento.

O ano de 2013 foi marcado também pela assinatura dos primeiros contratos de projetos de audiovisual no âmbito da atuação do BRDE como Agente Financeiro do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). Foram contratados 65 projetos audiovisuais, os quais corresponderam a R\$ 68,2 milhões investidos.

Buscando diversificar suas fontes de recursos, além da parceria com a FINEP, acima citada, o BRDE obteve um limite de crédito, junto ao Fundo Garantidor por Tempo de Serviço (FGTS), de R\$ 145 milhões, para atuar nos programas nas áreas de saneamento e infraestrutura. Além disso, o Banco aumentou seu limite para operar o Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) em seus financiamentos no Estado do Mato Grosso do Sul, que passou de R\$ 10 milhões para R\$ 100 milhões.

Cabe registrar também a atuação do BRDE na gestão de fundos. Além do já citado FSA, o Banco passou a ser Agente Financeiro do Fundam (Fundo de Apoio aos Municípios do Estado de Santa Catarina), fundo destinado a promover o desenvolvimento dos municípios catarinenses mediante apoio financeiro a investimentos, e do Fundo APL (Fundo de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado do Rio Grande do Sul), que tem como objetivos fomentar, financiar, subsidiar e subvencionar ações e projetos que beneficiem os empreendimentos dos APLs.

Em 2013, O Banco passou também a operar com o BNDES FGI – Fundo Garantidor de Investimentos. O BNDES FGI facilita a obtenção de crédito por micro, pequenas e médias empresas, complementando as garantias oferecidas por essas empresas.

Acontecimento de especial significado foi a aprovação pelos Governadores, em resolução do CODESUL, do processo de capitalização do Banco por parte dos três Estados Controladores, aumentando o capital social para R\$ 685,3 milhões.

A capitalização se dará mediante a incorporação de R\$ 200 milhões de reservas do Rio Grande do Sul e do aporte de R\$ 400 milhões de recursos novos, oriundos de financiamentos obtidos pelos Estados de Santa Catarina e do Paraná junto ao BNDES. O valor referente ao Estado de Santa Catarina já foi depositado no BRDE. O aporte do Paraná aguarda a concretização da operação de crédito firmada pelo Estado em 30 de dezembro de 2013, com o Banco do Brasil S.A., relativa a recursos no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal – PROINVESTE. A conclusão da formalização está pendente da prestação de garantia pela União Federal e há a expectativa de que tal fato ocorra logo que o Estado do Paraná obtenha confirmação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Esse aumento permitirá ao BRDE alavancar cerca de R\$ 3,6 bilhões em novas operações de crédito ao investimento produtivo, possibilitando a continuidade do crescimento dos contratos de financiamento firmados pelo Banco, tendo em vista a expansão econômica



da Região. Além de alavancar novos investimentos, o aporte de capital em questão permitirá a adequação do BRDE às novas normas impostas pelo Banco Central (Resolução BACEN nº 4.192), em 2013, que exigem maior rigidez em relação ao uso de reservas para formação do Patrimônio de Referência utilizado no cálculo do Índice de Basileia.

Em 2013, o BRDE adotou uma nova logomarca, a primeira alteração em 52 anos. Moderna e com forte destaque para o nome "BRDE". A ação de mudança de marca resultou de processo que se iniciou com as definições do Planejamento Estratégico do BRDE 2011-2015 e culminou no primeiro Plano Anual de Comunicação do Banco. A criação da nova marca contou com intenso envolvimento da agência de publicidade e de servidores do BRDE.

O BRDE foi designado pelos membros do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) para elaborar proposta de criação de uma nova agência, com objetivos e papel semelhantes aos desempenhados pela antiga Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). O objetivo principal da criação da nova agência é sanar as deficiências de infraestrutura que limitam o desenvolvimento sustentado da Região. O BRDE produziu estudo e submeteu ao Conselho a recomendação da instituição de fundo orçamentário ou constitucional para investimentos em projetos estruturantes fundamentais ao desenvolvimento regional integrado. Quanto à agência a ser criada, o modelo sugerido foi o de Consórcio Público entre os três Estados da Região Sul e a União.

O BRDE, atendendo às disposições das Resoluções CMN nº 3.380/2006, n° 3.464/2007 e n° 3.721/2009 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos separada das unidades de negócio. O Departamento de Gestão de Riscos (DERIS) é responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de risco aprovados pelo Conselho de Administração, após apreciação da Diretoria, que o faz com base nas recomendações dos Comitês de Risco e de Gestão. As atividades de gerenciamento de riscos são realizadas em conjunto com os gestores das unidades, os quais atuam como agentes da gestão de riscos. O relatório que define a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco (www.brde.com.br).

Perspectivas para 2014

O Orçamento do BRDE prevê atingir R\$ 3.050,0 milhões em novas operações de crédito em 2014. O setor agropecuário deverá responder pela maior parte, com 35,7% do total, seguido pela indústria, com 28,1%, pelo comércio e os serviços, com 24,2%, e pelo setor de infraestrutura, com 12,0%.

A Administração do BRDE registra seu propósito de, por meio da permanente integração com as políticas de desenvolvimento que vêm sendo implementadas pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como pelo CODESUL e pelo País, intensificar e qualificar a ação de fomento desenvolvida pela Instituição.



A Diretoria agradece aos clientes, pela decisão de contar com o apoio oferecido pelo BRDE, aos parceiros repassadores de recursos, particularmente ao BNDES, ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste e à FINEP, pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados Controladores, pela confiança depositada, e agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2013	2012
CIRCULANTE	3.294.617	2.638.676
Disponibilidades	7	54
Títulos e valores mobiliários (Notas 3 (b) e 4)	1.683.782	1.263.237
Carteira própria	1.683.782	1.263.237
Operações de crédito (Nota 5)	1.512.240	1.264.999
Operações de crédito	1.571.068	1.345.237
Setor público	13.249	14.180
Setor privado	1.557.819	1.331.057
Provisão para operações de crédito (Notas 3 (e) e 5 (e))	(58.828)	(80.238)
Outros créditos	94.493	110.386
Créditos por avais e fianças honrados (Nota 14 (g))	1.984	110.000
Rendas a receber	707	322
Diversos (Nota 6)	93.795	110.081
Provisão para outros créditos (Notas 3 (e) e 5 (e))	(1.993)	(17)
Outros valores e bens	4.095	(,
Outros valores e bens	4.845	1.364
Provisão para desvalorização	(750)	(1.364)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.218.844	6.714.531
Títulos e valores mobiliários (Notas 3 (b) e 4)	22.763	15.797
Carteira própria	13.259	6.444
Vinculados à prestação de garantias (Nota 14 (b))	9.504	9.353
Operações de crédito (Nota 5)	7.824.664	6.325.846
Operações de crédito	8.070.239	6.527.624
Setor público	18.336	26.363
Setor privado	8.051.903	6.501.261
Provisão para operações de crédito (Notas 3 (e) e 5 (e))	(245.575)	(201.778)
Outros créditos	371.417	372.888
Créditos específicos (Nota 14 (c))	61.025	52.348
Diversos (Nota 6)	310.411	320.549
Provisão para outros créditos (Notas 3 (e) e 5 (e)) Outros valores e bens	(19)	(9)
Investimentos temporários	311	311
Provisão para perdas de investimentos temporários	(311)	(311)
PERMANENTE	23.971	24.077
Investimentos - outros	998	618
Imobilizado de uso (Nota 3 (f))	21.056	20.896
Imóveis de uso	19.132	18.931
Outras imobilizações de uso	19.714	17.708
Depreciação acumulada Imobilizado de arrendamento	(17.790)	(15.743)
Bens arrendados	10.418	10.418
Depreciação acumulada	(10.418)	(10.418)
Intangível	1.917	2.563
Ativos intangíveis	3.017	3.451
Amortização acumulada	(1.100)	(888)
TOTAL DO ATIVO	11.537.432	9.377.284
		(continua)

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

(continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	2012
CIRCULANTE	1.650.072	1.427.140
Obrigações por repasses no país - instit. oficiais (Nota 7)	1.532.536	1.300.354
Tesouro Nacional	11.195	11.685
Banco do Brasil	1.112	93
BNDES	1.182.613	1.029.729
FINAME	337.530	258.821
Outras instituições	86	26
Outras obrigações	117.536	126.786
Fiscais e previdenciárias	53.931	73.596
Diversas (Nota 8)	63.605	53.190
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8.209.347	6.670.021
Obrigações por repasses no país - instit. oficiais (Nota 7)	7.864.908	6.381.299
Tesouro Nacional	8.230	14.261
Banco do Brasil	22.543	3.518
BNDES	5.676.655	4.972.713
FINAME	2.153.285	1.390.807
Outras instituições	4.195	
Outras obrigações	344.439	288.722
Fiscais e previdenciárias	39.965	19.212
Fundos financeiros e de desenvolvimento	99.162	16.148
Diversas (Nota 8)	205.312	253.362
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3.764	1.177
Resultados de exercícios futuros	3.764	1.177
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	1.674.249	1.278.946
Capital social	85.303	85.303
Reserva de capital	1.604.528	1.250.346
Ajustes de avaliação patrimonial (Notas 3 (b) e (j), 4 (b)		
e 12 (c))	(15.582)	(56.703)
TOTAL DO PASSIVO	11.537.432	9.377.284

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Valores expressos em milhares de reais)

	Segundo semestre de 2013		s findos em e dezembro 2012
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA Operações de crédito Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	524.731 454.925 69.806	903.910 793.055 110.855	801.547 702.462 99.085
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA Operações de empréstimos e repasses Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	(247.316) (188.426) (58.890)	(474.808) (360.872) (113.936)	(511.813) (372.041) (139.772)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	277.415	429.102	289.734
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS Receitas de prestação de serviços Despesas de pessoal Outras despesas administrativas Despesas tributárias Outras receitas operacionais (Nota 14 (f)) Outras despesas operacionais (Nota 14 (f))	(98.170) 11.761 (79.543) (18.636) (11.193) 6.968 (7.527)	(175.816) 21.786 (142.362) (33.921) (20.536) 11.979 (12.762)	(158.055) 16.211 (128.230) (35.211) (16.755) 99.108 (93.178)
RESULTADO OPERACIONAL	179.245	253.286	131.679
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	321	1.469	1.329
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	179.566	254.755	133.008
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 11) Provisão para imposto de renda Provisão para contribuição social Ativo fiscal diferido	(71.298) (37.335) (23.118) (10.845)	(100.573) (54.184) (33.257) (13.132)	(49.585) (50.395) (31.066) 31.876
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO (Nota 10)	108.268	154.182	83.423

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Incentivos fiscais	Reserva de capital Fundo regimental	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2012	85.303	709	1.166.214	1.338		1.253.564
Ajustes de avaliação patrimonial (Notas 4 (b) e 12 (c)) Lucro líquido do exercício Constituição de reservas (Nota 10)			83.423	(58.041)	83.423 (83.423)	(58.041) 83.423
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	85.303	709	1.249.637	(56.703)		1.278.946
Ajustes de avaliação patrimonial (Notas 4 (b) e 12 (c)) Lucro líquido do exercício Constituição de reservas (Nota 10)			354.182	41.121	154.182 (154.182)	41.121 154.182 200.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	85.303	709	1.603.819	(15.582)		1.674.249
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2013	85.303	709	1.495.551	(22.676)		1.558.887
Ajustes de avaliação patrimonial (Notas 4 (b) e 12 (c)) Lucro líquido do semestre Constituição de reservas (Nota 10)			108.268	7.094	108.268 (108.268)	7.094 108.268
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	85.303	709	1.603.819	(15.582)		1.674.249

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de reais)

	Segundo semestre		os findos em de dezembro
	de 2013	2013	2012
FLUVO DE CANVA DAG ATIVIDADES ODEDAGIONAIS			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	000 700	010 410	050,000
Lucro líquido ajustado	206.723 108.268	316.412 154.182	252.932 83.423
Lucro líquido do semestre/exercício Depreciação e amortização	1.475	3.017	2.851
(Ganhos)/Perdas de capital	1.475	3.017	2.001
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.890	113.936	139.772
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis	2.979	5.690	73.585
Provisão ISBRE/Benefícios pós-emprego, líquido de reversões	5.570	6.599	(29.921)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.539	32.958	(16.778)
Variação de Ativos e Obrigações	(192.736)	(214.538)	(176.294)
(Aumento)/Redução em titulos e valores mobiliários	(127.584)	(132.012)	(14.839)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(1.058.034)	(1.857.978)	(1.008.158)
(Aumento)/Redução em outros créditos	(8.982)	2.216	(49.741)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(560)	(614)	(323)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	926.071	1.715.791	887.044
Aumento/(Redução) em outras obrigações	66.826	14.351	67.182
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	2.433	2.587	582
Aumento/(Redução) em ajustes de avaliação patrimonial	7.094	41.121	(58.041)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.987	101.874	76.638
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de bens não de uso próprio	584	638	515
Alienação de imobilizado		18	92
Recebimento de bens não de uso próprio	(3.770)	(4.119)	(138)
Aquisição de investimentos	, ,	(380)	(120)
Aquisição de imobilizado	(1.463)	(2.579)	(4.377)
Aplicação no intangível	, ,	, ,	(1.089)
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.649)	(6.422)	(5.117)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aporte de recursos para futuro aumento de capital		200.000	
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		200.000	
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	9.338	295.452	71.521
Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Semestre/Exercício	510.463	224.349	152.828
Disponibilidades	64	54	3
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa	510.399	224.295	152.825
Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Semestre/Exercício	519.801	519.801	224.349
Disponibilidades	7	7	54
Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa (Nota 3 (k))	519.794	519.794	224.295
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstraçõe	es financeiras		

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (Valores expressos em milhares de reais)

	Segundo semestre		s findos em e dezembro
	de 2013	2013	2012
RECEITAS	484.922	825.310	778.698
Intermediação financeira	524.731	903.910	801.547
Prestação de serviços	11.761	21.786	16.211
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58.890)	(113.936)	(139.772)
Outras (Nota 14 (f))	7.320	13.550	100.712
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	188.426	360.872	372.041
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	24.176	42.669	124.712
Materiais, energia e outros (Nota 14 (f))	21.948	38.307	120.796
Serviços de terceiros	2.228	4.362	3.916
VALOR ADICIONADO BRUTO	272.320	421.769	281.945
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1.475	3.017	2.851
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	270.845	418.752	279.094
DICTRIBUIGÃO DO VALOR ADICIONADO	070.045	440.750	070.004
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO Pessoal	<u>270.845</u> 68.274	418.752 121.609	279.094 107.943
Remuneração direta	50.617	92.284	81.323
Benefícios	14.176	23.132	20.787
FGTS	3.481	6.193	5.833
Impostos, taxas e contribuições	93.761	141.863	86.626
Federais	93.255	140.709	85.741
Estaduais	5	17	41
Municipais	501	1.137	844
Remuneração de capitais de terceiros	542	1.098	1.102
Aluguéis	542	1.098	1.102
Remuneração de capitais próprios	108.268	154.182	83.423
Lucros retidos do semestre/exercício	108.268	154.182	83.423

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

1 Contexto operacional

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma instituição financeira pública constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e se constitui em instrumento dos governos desses Estados para o fomento às atividades produtivas da Região Sul, de acordo com o Decreto Federal nº. 51.617, de 5 de dezembro de 1962. Sua ação é efetuada através da canalização de recursos de médio e de longo prazo para atender às necessidades de financiamento dos investimentos produtivos que se realizam na região. Os recursos repassados pelo BRDE são oriundos principalmente do sistema BNDES-FINAME.

2 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e da Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Diretoria Executiva em reunião realizada na data de 25 de março de 2014.

Tendo em vista a alteração nas normas que determinam a apuração de provisões atuariais, o BRDE realizou, em junho de 2013, os cálculos atuariais adequando-se aos novos critérios definidos pela Deliberação nº. 695 da CVM. Para fins de comparabilidade, as Demonstrações Financeiras referentes a dezembro de 2012 foram ajustadas considerando-se essa nova metodologia.

Os saldos de abertura do período comparativo de 31 de dezembro de 2012 não foram ajustados tendo em vista o BRDE concluir que os mesmos não produzem efeitos relevantes.

	Ativo RLP Outros Créditos Diversos Crédito Tributário	Passivo ELP Outras Obrigações Diversas Passivo Contingente	Patrimônio Líquido Ajustes de Avaliação Patrimonial
Saldo em 31 de dezembro de 2012	206 717	182.601	226
apresentado anteriormente Impacto da mudança na prática contábil	306.717 13.832	70.761	(56.929)
Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2012	320.549	253.362	(56.703)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

3 Principais práticas contábeis

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº. 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do exercício e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do exercício.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias "pro rata dia" incorridas e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(d) Carteira de crédito e outros créditos

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme Nota 5, além de outros órgãos governamentais e recursos próprios do BRDE. Os encargos e as variações monetárias são apropriados em base "pro rata dia" incorridos, deduzidos das correspondentes receitas a apropriar conforme determinam as normas do BACEN dentre elas a Resolução nº. 2.682/99.

(e) Provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN e complementada por provisões adicionais, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

Como resultado, em 31 de dezembro, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito é superior ao mínimo exigido considerando tão somente os requisitos da Resolução nº. 2.682/99 (Nota 5 (c)) mas considerado suficiente para eventuais perdas. A movimentação da provisão para carteira de créditos encontra-se apresentada na Nota 5 (e).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

(f) Ativo Permanente - Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens: Edificações - 4%; Instalações, Móveis, Equipamentos e Sistemas de comunicação e segurança - 10% e Sistemas de processamento de dados e Veículos - 20%. Esses ativos são revistos anualmente para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata dia" incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(h) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, 25%, 15%, 0,65% e 4%, respectivamente.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN nº. 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, conforme demonstrado na Nota 6 (a) está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em dezembro de 2013.

(i) Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº. 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

(i) Provisões atuariais

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (Nota 12). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.

Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

(k) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem, na composição da demonstração de fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações em Fundos de Investimento que, em sua carteira, possuem prazo de resgate de até 90 dias a contar da data de aquisição do respectivo título. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota 4 (b)).

4 Títulos e valores mobiliários

(a) Composição de títulos e valores mobiliários

	2013	2012
Cotas de Fundos de Investimento (i) Ações de companhias abertas	1.693.286 13.259	1.272.590 6.444
Total	1.706.545	1.279.034
Realizável a longo prazo	22.763	15.797
Ativo circulante	1.683.782	1.263.237

⁽i) Correspondem em sua quase totalidade (94,35%) a Cotas de Fundo Exclusivo de Investimento Renda Fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, majoritariamente lastreadas em títulos públicos federais, avaliados a valor de mercado. A meta de rentabilidade é obter o índice de Mercado ANBIMA - IMA - B 5 (NTN-B prazo inferior a 5 anos) para 10% do Fundo e de 102% da taxa CDI para os 90% restantes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

(b) Abertura da carteira de títulos e valores mobiliários de acordo com a sua classificação - Títulos disponíveis para venda

O custo de aquisição e o valor de mercado em 31 de dezembro, eram os seguintes:

	Valor de custo	Valor de mercado
Cotas de Fundos de Investimento Ações de companhias abertas	1.693.286 6.068	1.693.286 13.259
Em 31 de dezembro de 2013	1.699.354	1.706.545
Em 31 de dezembro de 2012	1.278.658	1.279.034

Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações a valor de mercado foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A valorização de R\$ 7.191 (2012 - R\$ 376) entre o valor de custo e o valor de mercado, foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ 4.315 (2012 - R\$ 226), após o registro de R\$ 2.876 (2012 - R\$ 150) em "Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas" conforme demonstrado na Nota 6 (a).

O valor de custo das cotas do Fundo de Investimento está ajustado pelo seu valor patrimonial na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

Os títulos disponíveis para venda não têm vencimento e foram classificados no ativo circulante no montante de R\$ 1.683.782 (2012 - R\$ 1.263.237) e no realizável a longo prazo R\$ 22.763 (2012 - R\$ 15.797). O valor classificado no realizável a longo prazo corresponde a cotas vinculadas a garantias prestadas e ações de companhias abertas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

5 Carteira de créditos (operações de crédito e devedores por compra de valores e bens)

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	2013	2012
Empréstimos e títulos descontados	211.876	76.022
Financiamentos	3.764.444	3.392.250
Financiamentos rurais e agroindustriais	5.664.987	4.404.589
RECOOP – Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Securitização – Alongamento de Dívidas de Crédito Rural (Lei 9.138/95) BNDES – Programas Agrícolas FINAME – Programas Agrícolas Outros financiamentos rurais e agroindustriais	11.047 412.480 932.348 11.010 3.019.498 155.531 1.123.073	16.253 386.605 699.749 12.422 2.064.199 144.758 1.080.603
Total de operações de crédito	9.641.307	7.872.861
Outros créditos - Diversos (Notas 6 e 14 (g))	5.480	4.326
Total da carteira de créditos	9.646.787	7.877.187
Provisão para carteira de crédito	(306.415)	(282.042)
Operações de crédito Outros créditos - Diversos	(304.403) (2.012)	(282.016) (26)
Total da carteira de créditos líquida de provisões	9.340.372	7.595.145
Realizável a longo prazo	7.827.117	6.329.106
Ativo circulante	1.513.255	1.266.039

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme mencionado na Nota 7, além de outros órgãos governamentais e recursos próprios do BRDE.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

(b) Concentração do total da carteira de créditos por setor de atividade

	2013	2012
Agropecuária	3.488.419	2.668.822
Indústria	2.973.758	2.592.358
Borracha e plástico	121.602	98.138
Combustível	10.327	30.938
Couros e calçados	63.108	86.136
Extrativa mineral	18.530	12.316
Madeira	75.817	83.834
Material de transporte	83.912	50.228
Material elétrico e comunicações	72.600	57.839
Metalúrgica/mecânica	328.525	296.844
Mobiliário	53.195	58.427
Papel e celulose	89.127	51.864
Produtos alimentícios e bebidas	1.783.169	1.548.801
Produtos de minerais não metálicos	56.742	38.445
Química	69.755	50.020
Têxtil e vestuário	117.932	108.028
Outras	29.417	20.500
Infraestrutura	1.251.782	987.347
Construção civil	52.047	48.829
Eletricidade, gás e água	671.517	558.968
Transporte e armazenagem	528.218	379.550
Comércio e Serviços	1.927.348	1.624.334
Comércio	1.504.778	1.334.202
Educação	24.529	28.768
Saúde	85.562	67.862
Outros serviços	312.479	193.502
Total de operações de crédito	9.641.307	7.872.861
Outros Créditos - Diversos (Notas 6 e 14 (g))	5.480	4.326
	9.646.787	7.877.187

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

(c) Composição da carteira de créditos e correspondente provisão para perdas

						Provis	são da carteira	de créditos
		Carteira			2013			2012
	2013	2012	Resolução 2682/99	Provisão adicional	Total	Resolução 2682/99	Provisão adicional	Total
AA	3.592.502	3.316.065						
Α	4.810.879	3.340.331	24.054		24.054	16.702		16.702
В	707.647	593.027	7.077		7.077	5.930		5.930
С	183.544	298.129	5.506		5.506	8.944		8.944
D	52.632	62.239	5.263	2.632	7.895	6.224	3.112	9.336
E	46.572	30.558	13.971	4.650	18.621	9.167	3.056	12.223
F	8.990	6.662	4.495	1.348	5.843	3.331	992	4.323
G	132.051	111.846	92.436	33.013	125.449	78.293	27.961	106.254
Н	111.970	118.330	111.970		111.970	118.330		118.330
Total da carteira								
de créditos	9.646.787	7.877.187	264.772	41.643	306.415	246.921	35.121	282.042

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido com base na Resolução BACEN nº. 2.682/99, e foi constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o Banco opera.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações Operações vencidas (d)

(d.1)

(d.2)

Operações vencidas								2013	2012
						Parce	elas a vencer		
_	Parcelas Vencidas	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados		1.719	2.126	2.127	10.302	30.930	79.164	126.368	68.329
Setor privado		1.719	2.126	2.127	10.302	30.930	79.164	126.368	68.329
Financiamentos _	11.531	4.756	3.864	2.855	9.855	24.152	605.970	662.983	524.347
Setor público Setor privado	11.531	4.756	3.864	2.855	9.855	24.152	605.970	662.983	1.243 523.104
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.042	10.077	3.644	4.340	28.039	42.954	1.281.052	1.393.148	826.252
Outros Créditos - Diversos _	2.020	20	15	15	46	83	708	2.907	451
_	36.593	16.572	9.649	9.337	48.242	98.119	1.966.894	2.185.406	1.419.379
Operações vincendas									
Empréstimos e títulos descontados		3.983	3.621	3.621	10.865	21.591	41.827	85.508	7.693
Setor privado		3.983	3.621	3.621	10.865	21.591	41.827	85.508	7.693
inanciamentos _		53.774	46.275	42.453	130.083	266.833	2.562.043	3.101.461	2.867.903
Setor público Setor privado		1.330 52.444	1.217 45.058	1.228 41.225	3.542 126.541	5.932 260.901	18.336 2.543.707	31.585 3.069.876	39.300 2.828.603
Financiamentos rurais e agroindustriais		125.773	35.717	38.226	214.366	357.574	3.500.183	4.271.839	3.578.337
Outros Créditos - Diversos _		82	67	67	201	392	1.764	2.573	3.875
		183.612	85.680	84.367	355.515	646.390	6.105.817	7.461.381	6.457.808

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

(d.3) Total geral

								2013	2012
						Parc	elas a vencer		
	Parcelas Vencidas	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados		5.702	5.747	5.748	21.167	52.521	120.991	211.876	76.022
Setor privado		5.702	5.747	5.748	21.167	52.521	120.991	211.876	76.022
Financiamentos	11.531	58.530	50.139	45.308	139.938	290.985	3.168.013	3.764.444	3.392.250
Setor público Setor privado	11.531	1.330 57.200	1.217 48.922	1.228 44.080	3.542 136.396	5.932 285.053	18.336 3.149.677	31.585 3.732.859	40.543 3.351.707
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.042	135.850	39.361	42.566	242.405	400.528	4.781.235	5.664.987	4.404.589
Outros Créditos - Diversos (Notas 6 e 14 (g))	2.020	102	82	82	247	475	2.472	5.480	4.326
Em 31 de dezembro de 2013	36.593	200.184	95.329	93.704	403.757	744.509	8.072.711	9.646.787	
Em 31 de dezembro de 2012	67.481	174.397	73.332	82.698	332.888	615.498	6.530.893	=	7.877.187

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

(e) Movimentação da provisão da carteira de créditos

	2013	2012
Saldo inicial	282.042	291.893
Constituição	124.559	156.246
Reversão	(10.623)	(16.474)
Transferências para compensação	(89.563)	(149.623)
Saldo final	306.415	282.042

As recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como receitas de recuperação de créditos no grupo de "Receitas da Intermediação Financeira - Operações de Crédito" e totalizam R\$ 155.070 no exercício findo em 31 de dezembro (2012 - R\$ 111.819).

No decorrer do exercício o BRDE firmou contratos de renegociação de dívidas no montante de R\$ 285.803 (2012 - R\$ 263.660).

6 Outros créditos - diversos

	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a) Devedores por depósitos em garantia (b)	224.470 146.654	247.364 138.589
Devedores por compra de valores e bens (Nota 5 (a) e (b)) Pagamentos a ressarcir (c)	3.496 24.851	4.326 6.978
Adiantamentos e antecipações salariais Impostos e contribuições a compensar	4.067	3.816 17.347
Pendências a regularizar (d) Outros	310 358	10.327 1.883
Total	404.206	430.630
Realizável a longo prazo	310.411	320.549
Ativo circulante	93.795	110.081

(a) A Instituição constitui crédito tributário sobre as adições temporárias que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Também é constituída obrigação tributária diferida sobre exclusões temporárias, contabilizada em "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

Abaixo demonstramos as movimentações dos créditos e obrigações tributárias diferidas realizadas no exercício de 2013:

Créditos tributários diferidos

	2012	Constituição	Realização	2013
Passivos contingentes	48.829	2.676	(1.041)	50.464
Provisão para perdas com operações de crédito	110.661	69.905	(59.786)	120.780
Créditos baixados para prejuízo temporariamente indedutíveis	64.212	45.342	(71.785)	37.769
Provisão para assistência médica – Inativos	19.393	9.749	(17.634)	11.508
Licença prêmio em aquisição	1.396	145	(277)	1.264
Participação nos lucros e resultados		3.844	(3.844)	
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.309	666	(1.582)	393
Insuficiência de depreciação	1.378			1.378
Provisão para perdas com outros créditos Provisão para desvalorização de outros	11	864	(70)	805
valores e bens	175		(66)	109
Total	247.364	133.191	(156.085)	224.470

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas e quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Obrigações tributárias diferidas

	2012	Constituição	Realização	2013
Ajuste ao valor de mercado de TVM Renegociações REFIS/RECOOP	1.459 2.815	2.077 92	(267) (146)	3.269 2.761
Renegociações Rural/PF Lei nº. 9.430/96 Atualização de depósitos judiciais Renegociações tributadas por caixa Lei nº.	764 14.802	290 2.905	(398)	656 17.707
9.430/96		17.083		17.083
Total	19.840	22.447	(811)	41.476

As obrigações tributárias são realizadas conforme o efetivo recebimento das parcelas renegociadas com mutuários optantes pelo REFIS e pelo RECOOP, nos moldes da Lei nº. 9.964/00 ou quando do recebimento dos créditos recuperados que se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 12 da Lei nº. 9.430/96. São realizadas também, quando da efetivação da receita de atualização de depósito judicial pela solução da lide em questão e, ainda, quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

A movimentação líquida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, ocorrida no exercício, foi de R\$ (27.831) e R\$ (16.699), respectivamente (2012 - R\$ 19.594 e R\$ 11.757). O reflexo dessa movimentação foi contabilizado no resultado do exercício e, nos casos de ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários ou de ganhos e perdas sobre provisões atuariais, na respectiva conta do patrimônio líquido.

Os créditos e as obrigações tributárias foram classificados conforme previsão de realização, sendo os créditos no ativo circulante no montante de R\$ 64.451 (2012 - R\$ 81.095) e no realizável a longo prazo R\$ 160.019 (2012 - R\$ 166.269); e as obrigações no passivo circulante no montante de R\$ 1.511 (2012 - R\$ 629) e no exigível a longo prazo R\$ 39.965 (2012 - R\$ 19.211).

O montante dos créditos tributários cuja expectativa de realização é em período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço em 31 de dezembro, é de R\$ 12.758 (2012 - R\$ 22.931).

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais:

Créditos tributários

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Do 6º ao 10º ano	Após 10º ano	Total
Passivos contingentes	8.138	1.611	5.750	34.965	J- allo	10- 4110	10- 4110	50.464
Provisão para perdas com			14.615		14.007	41 105	001	
operações de crédito Créditos baixados para prejuízo temporariamente	21.733	15.574	14.015	13.666	14.067	41.125	981	121.761
indedutíveis Provisão para assistência	32.218	5.551						37.769
médica - Inativos	1.312	1.276	1.244	1.209	1.173	5.294	11.462	22.970
Licença prêmio em aquisição	253	253	252	253	253			1.264
Ajuste ao valor de mercado								
de TVM			393					393
Insuficiência de depreciação						1.378		1.378
Provisão para perdas com								
outros créditos	797	2	2	2	2			805
Provisão para desvalorização								
de outros valores e bens		83	26				191	300
Provisão para perdas em participações societárias							124	124
Total	64.451	24.350	22.282	50.095	15.495	47.797	12.758	237.228

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

Obrigações tributárias

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Do 6º ao 10º ano	Após 10º ano	Total
Ajuste ao valor de mercado de TVM Renegociações					3.269			3.269
REFIS/RECOOP Renegociações Lei nº.	253	483	408	176	88	1.353		2.761
9.430/96 Atualização de depósitos	155	53	53	53	53	263	26	656
judiciais Renegociações tributadas		164	2.873	14.670				17.707
por caixa Lei nº. 9.430/96	1.103	1.116	2.188	2.320	2.496	7.860		17.083
Total	1.511	1.816	5.522	17.219	5.906	9.476	26	41.476

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 199.043 (2012 - R\$ 219.483) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 34.495 (2012 - R\$ 16.764).

- (b) Em agosto de 2011 o BRDE realizou depósito em favor da RFB, registrando em seu ativo um depósito judicial de R\$ 53.011 atualizado para R\$ 63.554 em 31 de dezembro (2012 R\$ 59.483), para suportar ação fiscal atinente à CSLL, no que se refere à dedução na base de calculo da CSLL do saldo devedor de correção monetária complementar, previsto na Lei nº. 8.200/91 (Nota 9 (a)).
- (c) Do montante registrado em "Pagamentos a Ressarcir", R\$ 23.644 (2012 R\$ 5.981) referemse a bônus concedidos em operações do PESA a serem recebidos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.
- (d) Em 2012, do montante registrado em "Pendências a Regularizar", R\$ 9.872 referiam-se a recursos oriundos do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense PRODEC cujo intuito é fomentar a economia daquele Estado. Durante o ano de 2013, o BRDE, em conjunto com o Estado de Santa Catarina, formalizou o encerramento do referido Fundo (Nota 8 (b)).

7 Obrigações por repasses no país – Instituições oficiais

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais até o ano 2031, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del-credere".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

Vencimento		
	2013	2012
Sem vencimento	54.033	53.330
Até 3 meses	364.367	310.980
De 3 a 12 meses	1.114.136	936.044
De 1 a 3 anos	2.841.345	2.381.980
De 3 a 5 anos	2.080.880	1.792.201
De 5 a 15 anos	2.924.775	2.207.006
Acima de 15 anos	17.908	112
Total	9.397.444	7.681.653
Exigível a longo prazo	7.864.908	6.381.299
Passivo circulante	1.532.536	1.300.354

8 Outras obrigações – diversas

	2013	2012
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis (Nota 9) Provisão para férias, licença-prêmio e encargos sociais Valores de mutuários a regularizar (a) Dotação para aumento de capital (b)	138.321 27.598 20.863	134.233 26.545 15.592 10.525
Pagamentos a processar Salários e benefícios a pagar Pendências a regularizar Provisão para assistência médica – Inativos (Nota 12 (c)) Obrigações por aquisição de bens e direitos (Nota 13 (b)) Outras	1.613 9.609 743 57.425 9.928 2.817	1.729 5.835 179 99.210 9.718 2.986
Total	268.917	306.552
Exigível a longo prazo	205.312	253.362
Passivo circulante	63.605	53.190

(a) O montante de R\$ 20.863 (2012 - R\$ 15.592), registrado em "Valores de Mutuários a Regularizar", refere-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

(b) Em 2012, do montante registrado em "Dotação para Aumento de Capital", R\$ 9.872 referiamse a recursos oriundos do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense -PRODEC. Durante o ano de 2013, o BRDE, em conjunto com o Estado de Santa Catarina, formalizou o encerramento do referido Fundo e iniciou processo de capitalização conforme esclarecimentos na Nota 10.

9 Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

_	2012	Constituição	Realização	2013
Fiscais (CSLL)	54.803	1.120		55.923
Previdenciárias (INSS)	13.256	269		13.525
Trabalhistas	22.308	2.929	(2.604)	22.633
Cíveis (Honorários/Indenização)	43.866	2.572	(198)	46.240
Total	134.233	6.890	(2.802)	138.321

(a) A provisão fiscal refere-se ao seguinte fato:

CSLL – R\$ 55.923: processo envolvendo ação fiscal atinente à CSLL, no que se refere à dedução na base de calculo da CSLL do saldo devedor de correção monetária complementar, previsto na Lei nº. 8.200/91. Em 29/11/1994, o BRDE foi cientificado pela União Federal da alteração de entendimento tributário de que não mais o considerava uma autarquia a partir daquela data. O valor provisionado refere-se à parcela apurada no período anterior à 29/11/1994 que, em junho de 2012, passou a ser considerada como de perda provável pelos assessores jurídicos do Banco. Em agosto de 2011 o BRDE realizou depósito integral em favor da RFB, quitando a parcela de CSLL apurada a partir da data de 29/11/1994 que já havia sido anteriormente provisionada, bem como, registrando em seu ativo um depósito judicial equivalente à parcela em discussão.

(b) As provisões previdenciárias são referentes aos seguintes fatos:

INSS – R\$ 13.525: (i) contribuições previdenciárias sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, no valor de R\$ 12.776 (já depositados em juízo) e (ii) R\$ 749 referentes a honorários sucumbenciais em favor do INSS decorrente de ação fiscal já quitada por pagamento.

(c) O Banco possuía, em 31 de dezembro, provisão para ações trabalhistas no valor de R\$ 22.633. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 92.017 (2012 - R\$ 64.475) que

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

correspondem em sua quase totalidade a causas coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE. Tais ações não se encontram provisionadas conforme Nota 3 (i).

- (d) As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:
 - R\$ 43.650 refere-se a honorários de sucumbência, sendo R\$ 23.908 referente a atualização monetária registrada em 2012 (Nota 14 (f)). Sobre este valor, o BRDE efetuou depósito judicial de mesmo montante; e
 - ii. R\$ 2.590 refere-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização. Também esse processo está suportado por depósito judicial de mesmo montante.

10 Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

O BRDE, em atendimento à Resolução nº. 3.605/08 do Conselho Monetário Nacional destinou, no exercício findo em 31 de dezembro, os lucros acumulados do exercício corrente para a formação de uma Reserva de Capital - Fundo Regimental. O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social. Essa incorporação depende da capacidade dos Estados participarem proporcionalmente com os recursos retidos no Fundo, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

No transcorrer do ano de 2013 o BRDE deu continuidade às tratativas junto aos Governos dos três Estados participantes para realização de futuro aumento de capital, onde o atual capital de R\$ 85.303 passará para R\$ 685.303, sendo R\$ 200.000 através da capitalização de reservas e R\$ 400.000 pela entrada de novos recursos. Em reunião realizada em 19 de março de 2014, foi aprovado pelo CODESUL (Resolução nº. 1.178/2014), o aumento de capital, e cuja autorização está sendo pleiteada ainda em março junto ao BACEN.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

11 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do período:

	Segundo semestre	em 31 de	ios findos dezembro
	2013	2013	2012
Resultado do semestre/exercício, antes da tributação	179.566	254.755	133.008
Provisão para IRPJ (25%) e CSLL (15%)	(71.827)	(101.902)	(53.203)
Adições e exclusões			
Provisão para passivos contingentes	(1.192)	(1.635)	(27.526)
Provisão para operações de crédito	(17.996)	(8.955)	3.823
Créditos baixados como prejuízo	30.838	26.443	(18.349)
Provisão para participação nos lucros	1.286		
Provisão para assistência médica Contribuição inativos	(1.769)	(1.637)	(1.409) 15.027
Atualização de depósitos judiciais	1.670	2.905	14.802
Recuperações de crédito de optantes do REFIS e			
da Lei nº. 9.430/96	17.024	16.921	(326)
Outros, líquidos	(1.044)	(1.098)	(665)
Incentivos fiscais	1.251	1.343	1.463
IRPJ e CSLL correntes	(41.759)	(67.615)	(66.363)
IRPJ e CSLL diferidos ativos (Nota 6 (a))	(10.845)	(13.132)	31.876
IRPJ e CSLL diferidos passivos (Nota 6 (a))	(18.694)	(19.826)	(15.098)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(71.298)	(100.573)	(49.585)

12 Benefícios Pós-Emprego

Em conformidade com a Deliberação nº. 695 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as informações referentes aos planos de benefícios a empregados, patrocinados pelo BRDE, são as seguintes:

(a) Plano de aposentadoria complementar em entidade fechada

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar criada com o objetivo de oferecer, aos seus participantes, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

suplementação de aposentadoria e pensão. O ISBRE, por sua vez, é gestor de dois Planos Previdenciários: o Plano de Benefícios I, estruturado na modalidade de Benefício Definido, ao qual está vedado o ingresso de novos participantes, e cujo regime atuarial de determinação do custo e das contribuições é o de capitalização ortodoxa, avaliado por atuário independente; e o Plano de Benefícios II, implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados a partir do montante capitalizado das contribuições de igual monta do BRDE e dos participantes.

O BRDE realizou, em dezembro de 2013, os cálculos atuariais adequados aos novos critérios definidos pela Deliberação nº. 695 da CVM. Para fins de comparabilidade, os cálculos atuariais de dezembro de 2012 foram refeitos pela nova metodologia.

Abaixo é demonstrado o cálculo das obrigações do BRDE relativo ao Plano de Benefícios I:

	Dez/2013	Dez/2012
Valor presente das obrigações atuariais Valor justo dos ativos do plano	587.611 (605.929)	683.742 (656.695)
Valor presente das obrigações (inferior)/em excesso ao valor justo dos ativos	(18.318)	27.047
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(18.318)	27.047

Conforme previsão contida no item 65 da Deliberação nº. 695 da CVM, o BRDE não registrou seu ativo atuarial pois não se enquadra nas situações previstas para reconhecimento de ativo atuarial apurado.

A despesa prevista do BRDE para o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014 é a demonstrada no seguinte quadro:

	2014	2013
(+) Custo do serviço corrente	1.230	2.081
(+) Custo dos juros(-) Rendimento esperado dos ativos	72.246 (75.278)	63.503 (61.406)
(-) Contribuições dos empregados	(5.463)	(6.113)
(=) Despesa/(Receita) do empregador para 12 meses (-) Contribuições do empregador	(7.265) (5.463)	(1.935) (6.116)
(=) Total da despesa/(receita) adicional a reconhecer	(12.728)	(8.051)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Em milhares de reais

As principais premissas utilizadas na atual avaliação atuarial são:

Taxa de desconto atuarial – taxa real
Taxa de desconto atuarial – taxa nominal
Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa real
Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa nominal
Taxa de crescimento salarial futuro
Taxa de crescimento dos benefícios – taxa nominal
Inflação projetada
Fator de capacidade
Tábua de mortalidade geral

Tábua de mortalidade de inválidos Tábua de entrada em invalidez Tábua de rotatividade Entrada em aposentadoria Composição familiar Projetado pelo ISBRE
5,98% ao ano
5,98% ao ano
98,20%
AT2000 M suavizada em
10%
MI-85 M
ÁLVARO VINDAS
Não aplicado
100% na elegibilidade
Família Média
75% casados
4 anos de diferenca de

idade entre os cônjuges

6,47% ao ano

12.84% ao ano

12,84% ao ano

6,47% ao ano

(b) Contribuição paritária

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE deve contribuição ao ISBRE no mesmo valor das contribuições efetuadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos.

Após análise do relatório atuarial realizado pelo Atuário Independente, apresentado em abril de 2012, verificou-se que o mesmo já estava considerando a provisão para contribuição futura de inativos devida pelo banco, contribuindo em um ativo atuarial de R\$ 23.867. Para fins de comparabilidade, os cálculos atuariais de dezembro de 2012 foram refeitos pela nova metodologia, ocasionando naquele momento o reconhecimento de todas as perdas até o limite do passivo atuarial.

Com base no cálculo apresentado em abril de 2012 não havia mais a necessidade da provisão anteriormente constituída, e no 1º semestre daquele ano, foi revertido o saldo relativo ao Plano de Benefícios I impactando positivamente o resultado daquele exercício em R\$ 37.833 conforme Demonstração do Resultado - "Outras Receitas Operacionais".

(c) Plano de assistência médica

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, a exemplo dos funcionários ativos, plano de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Foi efetuado, por Atuário Independente, também em dezembro de 2013, o cálculo das obrigações do BRDE relativo a esse benefício pós-emprego, nos critérios da Deliberação nº. 695 da CVM, o qual encontra-se registrado na rubrica "Outras Obrigações —

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

Diversas", conforme o demonstrativo a seguir. Para fins de comparabilidade, os cálculos atuariais de dezembro de 2012 também foram refeitos pela nova metodologia.

	Dez/2013	Dez/2012
Valor presente reconhecido em resultado	32.542	28.449
(Ganhos)/Perdas reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial	24.883	43.814
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	57.425	72.263

Conforme previsão contida no item 57 (d) da Deliberação nº. 695 da CVM, o BRDE reconheceu todos os ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido na rubrica "Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial" no exercício findo em 31 de dezembro no montante de R\$ 15.352 (2012 - R\$ (35.249)), líquido de efeitos tributários.

A despesa prevista do BRDE para o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014 é a demonstrada no seguinte quadro:

	2014	2013
(+) Custo do serviço corrente(+) Custo dos juros	1.254 7.094	1.497 6.756
(=) Despesa/(Receita) do empregador para 12 meses (-) Contribuições do empregador	8.348 (4.462)	8.253 (4.160)
(=) Total da despesa/(receita) adicional a reconhecer	3.886	4.093

As principais premissas utilizadas na atual avaliação atuarial são:

Taxa de desconto atuarial – taxa real	6,47% ao ano
Taxa de desconto atuarial – taxa nominal	12,84% ao ano
Inflação projetada	5,98% ao ano
Taxa de crescimento dos custos com saúde – taxa nominal	7,92% ao ano
Fator de capacidade	98,20%
Tábua de mortalidade geral	AT2000 M suavizada em
	10%

Tábua de mortalidade de inválidos Tábua de entrada em invalidez Tábua de rotatividade Entrada em aposentadoria Composição familiar

Não aplicado 100% na elegibilidade Família Média 75% casados 4 anos de diferença de

ÁLVARO VINDAS

MI-85 M

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

idade entre os cônjuges

13 Partes relacionadas

- (a) As despesas com os honorários dos administradores no exercício findo em 31 de dezembro montaram a R\$ 3.437 (2012 - R\$ 3.241). Os administradores não recebem benefícios pósemprego ou remuneração baseada em ações.
- (b) No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu da Fundação BRDE de Previdência Complementar ISBRE o imóvel onde encontra-se instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720. Desse montante, R\$ 8.000 foram financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a.. Em 31 de dezembro, o valor devido é de R\$ 9.928 (2012 R\$ 9.717) (Nota 8) e as despesas com encargos no exercício, registradas no resultado do Banco em "Outras Despesas Operacionais", são de R\$ 1.114 (2012 R\$ 1.114).

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau e participantes de seu capital.

Em 2009 foi concedido financiamento à pessoa jurídica de um atual diretor do BRDE empossado em julho de 2011, data posterior ao empréstimo. O montante devido é de R\$ 88 (2012 - R\$ 175) e tem vencimento final em janeiro de 2015.

Dessa forma, não foram concedidos pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

14 Outras informações

- (a) Avais e fianças prestados, mediante prestação de contra-garantias pelos beneficiários, montam a R\$ 100.200 (2012 R\$ 110.014).
- **(b)** Estão caucionados a processos judiciais, títulos e valores mobiliários (cotas de fundos de investimento), no montante de R\$ 9.504 (2012 R\$ 9.353).
- (c) Em 31 de dezembro, o BRDE mantém registrado no ativo realizável a longo prazo como "Créditos específicos" o montante de R\$ 61.025 (2012 R\$ 52.348), relativo a créditos perante a Secretaria do Tesouro Nacional STN em decorrência da equalização de taxas de juros de operações de crédito rural, repassadas com recursos de instituições oficiais, que deverá ser pago pela STN em conformidade com o cronograma de vencimento da carteira de operações de crédito securitizadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

- (d) O BRDE mantém seguros sobre seus bens patrimoniais bem como sobre os bens oferecidos em garantia nas suas operações de crédito.
- (e) Até setembro de 2013, a apuração dos limites de capital era regulada pela Resolução nº. 3.444 do BACEN. Mantida essa metodologia até o final do exercício, o patrimônio de referência (PR) da Instituição encerraria o ano atingindo o valor de R\$ 1.674.249 (2012 R\$ 1.278.946) e o patrimônio mínimo exigido (PRE), para cobrir os riscos, de R\$ 1.075.817 (2012 R\$ 929.421). O Coeficiente de Basileia do BRDE em dezembro, ficaria em 17,12% (2012 15,14%), superior ao mínimo exigido para as Instituições Financeiras no Brasil, que é de 11,00%.

A partir de outubro, novos procedimentos foram estabelecidos pelo BACEN através da Resolução nº. 4.192 que limitou a utilização de reservas na composição do PR em 200% do capital social. Desta forma, considerando-se que o capital social do BRDE é de R\$ 85.303 e as reservas de capital somam R\$ 1.604.528, a aplicação dos novos limites reduz o PR para R\$ 255.911 determinando, temporariamente, um índice de Basileia formalmente inferior ao limite (2013 - 2,58% e 2012 - 3,17%) apesar de o patrimônio líquido ter apresentado crescimento no período.

Conforme disposto na Mensagem da Diretoria e na Nota 10, no transcorrer do ano de 2013 o BRDE deu continuidade às tratativas junto aos Governos dos três Estados participantes para realização de futuro aumento de capital, onde o atual capital de R\$ 85.303 passará para R\$ 685.303, sendo R\$ 200.000 através da capitalização de reservas e R\$ 400.000 pela entrada de novos recursos. Ressalta-se que o processo para o aumento de capital encontra-se em avançado estágio, já tendo sido aprovado em Reunião do CODESUL (Resolução nº. 1.178/2014) de 19 de março de 2014 e cuja autorização está sendo pleiteada ainda em março junto ao BACEN. Considerando esse aumento de capital ainda dentro do exercício, o índice de Basileia, pela nova metodologia, ficaria em 19,33%, muito superior ao limite exigido.

- (f) O montante de R\$ 99.108 registrado em dezembro de 2012, em "Outras Receitas Operacionais", refere-se principalmente a atualização de depósitos judiciais R\$ 37.004, reversão de provisão atuarial R\$ 37.833 (Nota 12 (b)) e R\$ 16.846 referente a reversão de provisões trabalhistas. Com relação ao montante de R\$ 93.178, registrado em "Outras Despesas Operacionais", os principais valores são: R\$ 56.626 referente a provisões para passivos contingentes e R\$ 33.787 a atualizações de passivos contingentes.
- (g) No final do exercício de 2013 o BRDE honrou aval concedido à mutuário da carteira de crédito no montante de R\$ 1.984 tendo sido tal valor totalmente provisionado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 Em milhares de reais

15 Gerenciamento de Risco e Instrumentos financeiros

O BRDE possui estrutura própria de comitês para o gerenciamento dos seus riscos.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos:

Risco de Crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito no BRDE é realizado por meio da classificação dos clientes em níveis de risco, utilizados também nos processos de concessão de crédito, bem como pelo monitoramento dos clientes por uma área específica do Banco.

Risco de Mercado: está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações dos mercados de taxas de juros e câmbio dentro e fora do país.

Risco de Liquidez: está relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da instituição, em obter recursos para honrar seus compromissos.

A política de risco de mercado e liquidez tem como propósito mitigar possíveis perdas decorrentes das variações de preços de mercado, de moedas e de taxas de juros dos ativos e passivos e de descasamento de fluxos de caixa. Como o BRDE atua basicamente com operações de repasse "casadas" entre a parte ativa e a passiva, esses riscos são reduzidos.

O BRDE considerou como aceitável a sua exposição aos riscos mencionados acima e não contratou no período operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos.

* * *



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Controladores do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outro assunto

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Apuração dos limites de capital

Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa n° 14(e) que indica que, em decorrência das alterações impostas pela Resolução n° 4.192 do CMN, que estão em vigor desde 31 de outubro de 2013, o Banco apresenta, em 31 de dezembro de 2013, Patrimônio de Referência inferior ao mínimo exigido pela referida regulamentação. A Administração possui um plano de regularização para tal situação que prevê a capitalização do Banco pelos seus controladores em montante suficiente para o enquadramento e solução da referida situação. Conforme Nota Explicativa n° 14(e), em 19 de março de 2014 os controladores aprovaram a capitalização do Banco que será posteriormente submetida à aprovação do Banco Central do Brasil. A incerteza quanto à conclusão do processo e aprovação do Banco Central do Brasil pode resultar em impactos relevantes com relação às medidas que possam ser requeridas pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 25 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/F-7

Rodrigo de Mattos Lia Contador CRC 1SP252418/O-3



Composição da Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

•	Diretor-Presidente

Vice-Presidente e Diretor de Operações

Diretor de Planejamento

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

 Diretor de Acompanhamento e Recuperação de Créditos > JORGE GOMES ROSA FILHO

> NEUTO FAUSTO DE CONTO

> CARLOS HENRIQUE VASCONCELLOS HORN

> NIVALDO ASSIS PAGLIARI

> RENATO DE MELLO VIANNA

JOSÉ HERMETO HOFFMANN

Composição do Conselho de Administração do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

- PRESIDENTE
- REPRESENTANTES DO ESTADO DO PARANÁ
- REPRESENTANTES DO ESTADO DE SANTA CATARINA
- REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- > JORGE GOMES ROSA FILHO
- > EDGARD RIBEIRO PIMENTEL
- > VALMOR WEISS
- > CLÁUDIO ÁVILA DA SILVA JÚNIOR
- > ANTONIO CERON
- > MAURO KNIJNIK
- > TELMO MOTTA JUNIOR